

NOTA PÚBLICA DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE CRÍTICOS DE ARTE (ABCA)

EM DEFESA DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE CULTURA E DO FOMENTO ÀS ARTES VISUAIS NO BRASIL

A Associação Brasileira de Críticos de Arte (ABCA), seção brasileira da Associação Internacional de Críticos de Arte (AICA), reafirma seu compromisso com a defesa das políticas públicas de cultura e dos mecanismos de financiamento que tornam possíveis a criação, a pesquisa, a crítica de arte, a preservação do patrimônio e a circulação da produção artística no Brasil. Em um momento de debate público sobre os rumos do país, considera fundamental reconhecer o lugar da cultura como direito e como dimensão constitutiva da vida democrática.

Os artigos 215 e 216 da Constituição Federal estabelecem a responsabilidade do poder público na garantia dos direitos culturais e na proteção do patrimônio cultural brasileiro. O financiamento da cultura, portanto, não se reduz ao apoio pontual a eventos ou agentes: integra uma política de interesse coletivo, cujos resultados alcançam instituições, profissionais, públicos e territórios. Leis de incentivo fiscal, fundos de cultura e editais de fomento direto constituem instrumentos distintos e complementares dessa responsabilidade.

A importância econômica dessas políticas também pode ser dimensionada. Segundo a Pesquisa de Impacto Econômico da Lei Rouanet, realizada pela Fundação Getúlio Vargas (FGV) e divulgada em 2026, projetos beneficiados pelo mecanismo que executaram recursos em 2024 foram associados a uma movimentação econômica estimada de R\$ 25,7 bilhões e à geração ou manutenção de aproximadamente 228 mil postos de trabalho, considerados efeitos diretos e indiretos. O estudo registra, ainda, um público total de 89,3 milhões de participações nas atividades apoiadas.

No campo das artes visuais, a mesma pesquisa estima que cada R\$ 1 gasto na execução de projetos beneficiados pela Lei Rouanet esteve associado a R\$ 8,47 movimentados na economia, segundo o Índice de Alavancagem Econômica. Esses indicadores consideram a execução dos projetos, os gastos do público e seus efeitos sobre outros setores. Não representam, portanto, arrecadação tributária equivalente nem retorno financeiro direto aos cofres públicos, mas ajudam a evidenciar a amplitude das cadeias profissionais e produtivas relacionadas à cultura.

A Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura (Lei nº 14.399/2022) representa outra dimensão fundamental desse sistema, ao estabelecer repasses continuados da União a estados, Distrito Federal e municípios. Sua programação contempla R\$ 15 bilhões distribuídos em cinco ciclos, de até R\$ 3 bilhões cada, segundo as condições de execução previstas na legislação. Ao lado das leis estaduais, dos fundos públicos e dos editais locais, a política amplia as possibilidades de apoio à produção cultural em diferentes regiões e realidades institucionais.

Para a ABCA, a continuidade dessas iniciativas deve estar acompanhada de seu aperfeiçoamento: transparência na aplicação dos recursos, critérios públicos de seleção, avaliação de resultados, participação social e enfrentamento das desigualdades regionais de acesso ao financiamento. É indispensável fortalecer também os instrumentos que apoiam atividades de menor visibilidade comercial, como a investigação em artes visuais, a crítica de arte, a conservação de acervos, a educação museal e a atuação de espaços e instituições culturais em todo o território nacional.

O valor público da arte e da cultura, contudo, não se esgota em indicadores de retorno econômico. Expressa-se igualmente na memória, na diversidade das formas de expressão, na liberdade de criação e de pensamento, na formação de repertórios e no direito da sociedade de produzir, conhecer e debater sua própria cultura. Nesse sentido, a ABCA manifesta-se em defesa da continuidade, do fortalecimento e da democratização das políticas públicas de cultura no Brasil, compreendidas como compromisso permanente do Estado e da sociedade.

Associação Brasileira de Críticos de Arte – ABCA

Diretoria 2025–2027

BASES LEGAIS E FONTES DE REFERÊNCIA

[BRASIL. Constituição Federal de 1988, arts. 215 e 216.](#)

[BRASIL. Lei nº 8.313/1991 \(Lei Rouanet / Pronac\).](#)

[FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS \(FGV\). Pesquisa de Impacto Econômico da Lei Rouanet \(dados de 2024; divulgação em 2026\).](#)

[BRASIL. Lei nº 14.399/2022. Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura.](#)

[MINISTÉRIO DA CULTURA. Política Nacional Aldir Blanc: informações e ciclos de repasse.](#)

[FUNARTE / OBEC. Pesquisa Fomento às Artes no Brasil.](#)

EM DEFESA DAS POLÍTICAS CULTURAIS

Leis de incentivo, fundos públicos e fomento às artes visuais em todo o Brasil.

A cultura é um direito.

abca

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA
DE CRÍTICOS DE ARTE

Card 1/6 — Em defesa das políticas culturais

LEI ROUANET: CULTURA E ECONOMIA

R\$ 25,7 bilhões

de movimentação econômica estimada em 2024

228 mil

postos de trabalho gerados ou mantidos (estimativa)

89,3 milhões

pessoas alcançadas pelos projetos culturais

Fonte: Pesquisa FGV / MinC / OEI (2026), dados de 2024.

abca

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA
DE CRÍTICOS DE ARTE

ARTES VISUAIS MOVIMENTAM A ECONOMIA



R\$ 8,47

movimentados na economia para cada R\$ 1 gasto na execução de projetos de artes visuais beneficiados pela Lei Rouanet.

Índice de Alavancagem Econômica (IAE).

Fonte: FGV (2026), dados de 2024, p. 13 do relatório.

abca

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA
DE CRÍTICOS DE ARTE

Card 3/6 — Artes visuais

POLÍTICA NACIONAL ALDIR BLANC FOMENTO EM TODO O BRASIL

R\$ 15 bilhões

PREVISTOS EM CINCO CICLOS

Até R\$ 3 bilhões por ciclo para estados, Distrito Federal e municípios.

Fomento continuado e descentralizado.

Fonte: Ministério da Cultura, PNAB, Lei nº 14.399/2022.

abca

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA
DE CRÍTICOS DE ARTE

Card 4/6 — Política Nacional Aldir Blanc

LEIS ESTADUAIS TAMBÉM IMPORTAM

Incentivos fiscais, fundos e editais apoiam a cultura em todas as regiões do Brasil.



- **ProAC**

São Paulo

- **Pró-Cultura**

Rio Grande do Sul

- **Funcultura**

Pernambuco

- **Fazcultura**

Bahia

- **Goyazes**

Goiás

- **Semear**

Pará

Exemplos de programas e mecanismos estaduais de fomento.

abca

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA
DE CRÍTICOS DE ARTE

CULTURA É DIREITO, MEMÓRIA E ACESSO.

A ABCA defende políticas culturais permanentes, transparentes e descentralizadas, que fortaleçam a criação, a crítica de arte, os museus, os acervos e a formação de públicos.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE CRÍTICOS DE ARTE

abca

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA
DE CRÍTICOS DE ARTE

Card 6/6 — Posicionamento institucional